



**PROJETO DE LEI Nº 058, DE 26 DE AGOSTO DE 2025**

**AUTORIZA A CONTRATAÇÃO  
TEMPORÁRIA, EM CARÁTER  
EMERGENCIAL E POR TEMPO  
DETERMINADO, DE 01 (UM) SERVIDOR  
PARA O CARGO DE SERVIÇOS GERAIS E  
02 (DOIS) SERVIDORES PARA O CARGO  
DE OPERÁRIO.**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em caráter emergencial e temporário, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e inciso IV do art. 19 da Constituição Estadual, 01 (um) servidor para o cargo de Serviços Gerais e 02 (dois) servidores para o cargo de Operário, para atuarem junto à Secretaria de Educação e Cultura do Município de Nova Esperança do Sul/RS.

**§ 1º** - Considera-se caráter emergencial, para os efeitos desta Lei, a falta deste profissional à prestação dos Serviços Municipais.

**§ 2º** - A contratação prevista neste artigo terá vigência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada por igual período, no caso de continuidade das atividades previstas no § 1º deste artigo.

**§ 3º** - A contratação prorrogada nos termos do § 2º poderá ser rescindida antes do término do prazo previsto, por deliberação do contratante.

**§ 4º** - A contratação emergencial de que trata o "caput" deste artigo fica condicionada ao atendimento do previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e não se constitui em títulos para cômputo de pontos em Concurso Público.

**Art. 2º.** A contratação que trata a presente Lei obedecerá à ordem de classificação do Processo Seletivo já realizado pelo Poder Executivo e em vigor.



**Art. 3º.** Havendo desistência de candidato selecionado, será contratado em seu lugar o candidato cuja classificação tiver sido imediatamente inferior à do desistente.

**Art. 4º.** O contrato temporário de que trata esta Lei será regido, no que couber, pelo regime jurídico estatutário disciplinado pela Lei Municipal nº 106, de 26 de abril de 1991 e demais legislações aplicáveis ao cargo.

**Art. 5º** A contratação de que trata esta Lei terá a carga horária de trabalho, remuneração e atribuições para desempenho da função de acordo com os critérios estabelecidos no Processo Seletivo no qual o candidato estiver inscrito.

**Art. 6º.** O Contrato Administrativo a ser firmado será extinto sem direito à indenização, por iniciativa da Administração, se o contratado praticar qualquer ato de irregularidade previsto em Lei, ou ao cessar a situação emergencial que motivou a realização da contratação.

**Parágrafo Único.** Qualquer das partes poderá denunciar o contrato antes de seu termo final, desde que proceda à notificação da outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes do objeto desta Lei correrão às expensas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR**

Prefeito Municipal



**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 058, DE 26 DE AGOSTO DE 2025**

**AUTORIZA A CONTRATAÇÃO  
TEMPORÁRIA, EM CARÁTER  
EMERGENCIAL E POR TEMPO  
DETERMINADO, DE 01 (UM) SERVIDOR  
PARA O CARGO DE SERVIÇOS GERAIS E  
02 (DOIS) SERVIDORES PARA O CARGO  
DE OPERÁRIO.**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

**Senhora Presidente,  
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,**

Submeto à apreciação dessa respeitável Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a contratar em caráter emergencial e temporariamente um servidor para o cargo de Serviços Gerais e dois servidores para o cargo de Operário, para atuarem na Secretaria de Educação do Município de Nova Esperança do Sul, RS, junto à Escola Municipal São José e Clube Cultural.

A presente contratação tem por objetivo atender à demanda de pessoal junto à Secretaria de Educação do Município, nos termos do Memorando 1.437/2025, considerando as seguintes situações:

**1. Serviços Gerais** – necessidade de substituição da servidora J.P.J., que esteve afastada por 30 (trinta) dias e, a contar de 27/05/2025, ingressou em novo afastamento de 90 (noventa) dias, havendo previsão de não retorno às suas funções.

**2. Operário** – necessidade de substituição da servidora C.B.S., que se



encontra atualmente em licença maternidade, o que a impossibilita de exercer as suas atividades no período legal de afastamento.

**3. Operário** – necessidade de atendimento às demandas do Clube Cultural, considerando a realização contínua das oficinas de Judô, Música e Teatro, o que exige serviços diários de limpeza e manutenção do espaço, garantindo condições adequadas de uso pelos alunos e pela comunidade.

Assim, as contratações mostram-se imprescindíveis para assegurar a regularidade e a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria de Educação, evitando prejuízos às atividades escolares e culturais do Município.

Sendo assim, na expectativa de aprovação da presente mensagem, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Pelo referido acima, rogamos a apreciação e aprovação deste Projeto de Lei, **em regime de urgência**, por essa Casa Legislativa.

Gabinete do Prefeito Municipal, RS, 26 de agosto de 2025.

**IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR**  
Prefeito Municipal



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9842-4390-6358-37C2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR (CPF 004.XXX.XXX-58) em 03/09/2025 09:09:00 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://novaesperancadosul.1doc.com.br/verificacao/9842-4390-6358-37C2>